

CARTA POLÍTICA #185

17 de Janeiro de 2020

“É hora de ter unidade, mas unidade com a participação do PT. Sem o PT a esquerda de fragiliza imensamente”.

(Maria do Rosário, deputada federal pelo PT-RS)

Das muitas críticas recorrentes ao PT, uma das mais comuns elenca a dificuldade do partido em ceder espaço a outras legendas na esquerda. Já foram muitas as eleições – e a última presidencial não foi exceção – nas quais candidatos razoavelmente fortes atacaram o partido por lançar nome próprio, preferindo arriscar a eleição de um candidato mais à direita a fortalecer uma candidatura de esquerda fora do PT.

Nesse contexto, é interessante notar os movimentos do partido nas eleições de 2020. O PT tende a apoiar o Psol de Marcelo Freixo no Rio de Janeiro. Deverá indicar o vice de Manuela D’Ávila (PCdoB) em Porto Alegre. Também deverá se abster de lançar a cabeça de chapa em Santa Catarina, pode compor com o PSB em Recife, e não conta com nomes fortes em Belo Horizonte ou Curitiba.

Essa nova disposição em abrir espaço não deve ser prenúncio de grandes movimentações nas eleições federais ou estaduais – abrir mão de lançar candidato em uma grande capital é muito diferente de não marcar presença nas disputas por um grande Estado da federação ou nas presidenciais – mas indica uma maior boa-vontade na convivência com as esquerdas.

Em São Paulo, o partido deve lançar candidato. Haddad, que segue como o nome forte petista para 2022, não irá concorrer. Restam alguns pré-candidatos, como Eduardo Suplicy e Jilmar Tatto.

Enquanto isso, em Brasília, o governo dá alguns sinais de voluntarismo. Alguns gestos, como recrutar militares para ajudar no atendimento do INSS, o já engavetado projeto de subsídio nas contas de energia elétrica para templos religiosos, e o espontâneo reajuste do salário mínimo, todos apontam para uma tentativa de recuperação da popularidade do governo. Enquanto as expectativas econômicas melhoram, a aprovação do governo segue estacionada em cerca de 30%, o que deve estar incomodando o Planalto.

Se por um lado o governo Federal não deve ter interesse em abrir os cofres para fazer candidatos nas eleições municipais, pode fazê-lo se o incômodo com a baixa popularidade presidencial persistir. A ver.